

A “revolução de Figueiredo”. Museologia e investigação em Portugal (1911-1937)

Joana Baião

Universidade Nova de Lisboa

Resumo: José de Figueiredo (1871-1937) foi uma das figuras que se destacaram no panorama cultural português do início do século XX. Nomeado director do Museu Nacional de Arte Antiga em 1911, a sua acção pautou-se pela modernização museográfica daquela instituição e pelo estímulo que trouxe à investigação da história da arte portuguesa. Propomos dar a conhecer a sua actividade entre 1911 e 1937, destacando o modo como a sua acção enquanto historiador e as suas preocupações na reorganização do MNAA espelharam uma concepção moderna de museu enquanto centro de investigação e de construção de conhecimento.

Palavras-chave: José de Figueiredo; Museu Nacional de Arte Antiga; Museologia; Historiografia da Arte.

Abstract: *José de Figueiredo (1871-1937) was one of the most important figures in the Portuguese cultural panorama in the beginning of the 20th century. Appointed director of the National Museum of Ancient Art in 1911, his action was guided by the will of giving to the museum a modern museography and by the aspiration to develop the Portuguese art history. We propose to make known his activity between 1911 and 1937, giving special attention to the way his actions were connected to a modern concept of the museum as a centre of research and knowledge.*

Key-words: *José de Figueiredo; National Museum of Ancient Art; Museology; Art historiography.*

A implantação da República em Portugal em 1910 permitiu rever e reestruturar os serviços artísticos do país, do que resultou a criação de um programa legislativo marcado por um cunho eminentemente pedagógico, que propunha estimular a inter-relação entre o desenvolvimento do ensino livre, a reorganização dos arquivos e bibliotecas e as reformas dos museus. Estes eram entendidos como elementos fundamentais da formação cívica e cultural dos cidadãos, não apenas como complementos de ensino, mas como estruturas essenciais para a divulgação dos discursos de apelo aos valores colectivos de nacionalidade e patriotismo.

Uma das resoluções da nova legislação (Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911) implicou a extinção do oitocentista Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia (inaugurado em 1884), cujas colecções foram incorporadas nos então criados Museu Nacional de Arte Antiga e Museu Nacional de Arte Contemporânea (que receberam as colecções de arte anteriores e posteriores a 1850, respectivamente) e ainda no Museu Nacional dos Coches e no Museu Etnológico Português.

Hoje propomos falar dos primeiros anos de vida do Museu Nacional de Arte Antiga, chamando a atenção para a diversidade da acção do seu primeiro director, José de Figueiredo (1871-1937), figura que se vinha destacando no meio cultural português desde o início do século XX, e que conhecera grande protagonismo em 1910, quando chamou a atenção para os painéis de S. Vicente de Fora, fazendo o seu estudo, identificando o seu autor (Nuno Gonçalves) e propondo a sua inserção numa escola portuguesa de pintura, a chamada escola dos “primitivos portugueses”.

Nomeado em Junho de 1911 para a direcção do Museu Nacional de Arte Antiga – sito no palácio das Janelas Verdes, onde estivera instalado o Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia –, Figueiredo propôs desde logo uma acção dinâmica que se reflectiu em alterações mais ou menos profundas na museografia e nas práticas de trabalho, num programa que teve como mote a intenção de ruptura com a imagem e existência anterior daquela instituição, que a seu ver mais parecia “um verdadeiro depósito em que a obra de arte autêntica desaparecia apagada e perdida entre banalidades ou verdadeiros horrores” (FIGUEIREDO, 1915, 150).

O programa do novo director para o Museu Nacional de Arte Antiga baseou-se nas alianças entre: a noção defendida pelo novo regime dos museus enquanto instrumentos de educação cultural e cívica; as preocupações com as condições em que as obras eram expostas; e a vontade de dar a conhecer e valorizar as colecções do museu, com particular enfoque para a pintura portuguesa a partir do século XV (em acordo com os discursos de pendor nacionalista tão em voga naquela época

e com as discussões que desde o final do século XIX vinham sendo fomentadas no meio da historiografia da arte internacional). Por outro lado, Figueiredo queria contrariar o ciclo vicioso que se verificara até então em Portugal, relacionado com a falta de investigação sistematizada da arte nacional: a escassa actividade de investigação impedia a classificação das obras e dificultava a sua inventariação, e a falta de um inventário geral da arte portuguesa impedia que se iniciasse o seu estudo e classificação... o próprio recordaria em 1924 as dificuldades que sentira na altura em que iniciara os seus estudos: “Quando, há anos, procurámos fazer os primeiros ensaios de agrupamento e identificação das obras dos onze pintores (...) que parecem ter ilustrado mais a arte portuguesa do século XVI, apenas os trabalhos de um destes, Vasco Fernandes, estavam identificados com segurança; (...) Sobre a obra dos demais artistas nada havia de positivo, pois os próprios agrupamentos de Justi, os únicos feitos com consciência, eram restritos e em grande parte contraditórios” (FIGUEIREDO, 1924, 217).

Lembremos, contudo, que a necessidade de investigação, inventariação e classificação da pintura portuguesa já havia sido várias vezes notada pela Academia Real de Belas-Artes de Lisboa (extinta em Maio de 1911 pelo novo regime), que só tardiamente, em Março de 1910, decide nomear uma comissão “que se encarregasse de arrolar, descrever, beneficiar e expor os quadros dos séculos XV e XVI, existentes em Portugal”, constituída pelos críticos de arte Ramalho Ortigão, José de Figueiredo e D. José Pessanha, pelo técnico de restauro Luciano Freire e por Manuel de Macedo Pereira Coutinho, conservador do museu nacional (Actas da ARBA, Livro 12, 1 de Março de 1911). Pessanha e Figueiredo redigem então as Bases para a inventariação das obras de arte existentes no país, embora só depois da redefinição legislativa republicana sejam iniciados os trabalhos daquela comissão.

Uma das primeiras acções de José de Figueiredo enquanto director do MNAA relacionou-se com a consciência da necessidade de um programa arquitectónico específico para aquela instituição, noção essa que fora adquirindo através das visitas a inúmeros museus adaptados ou criados de raiz por toda a Europa. Ciente das parcas condições e da falta de meios logísticos para se cumprirem correctamente as funções de conservação, exposição e estudo das obras, o director tomou como missão o desafio de melhorar “tanto quanto possível” o edifício existente (O Século 26-07-1911: 5), chegando mesmo a defender que o ideal seria a edificação de novas instalações para o museu, devido ao palácio “não se prestar ao fim a que o destinavam” (idem: 5). Contudo, depressa abandonou essa ideia, consciente da impossibilidade da sua concretização, face ao período conturbado que o país atravessava, que se reflectia em magros orçamentos para as diversas estruturas

estatais. Confinado ao espaço nas Janelas Verdes, começou porém desde logo a lutar para que se ampliasse o espaço do museu, de modo a dotá-lo não só com as devidas condições para conservação das obras, mas também para o equipar com um laboratório de restauro (até aí situado na Academia de Belas-Artes, no convento de S. Francisco, em condições precárias e mesmo perigosas), biblioteca e sala de conferências, elementos essenciais, no seu ponto de vista, para que o museu se tornasse um verdadeiro “complemento, do ponto de vista artístico, das escolas de todos os graus e especialidades de ensino”, uma instituição de referência para a divulgação da arte portuguesa e mesmo um potencial elemento de turismo (FIGUEIREDO, 1932 apud MANAÇAS, 1991: 52).

Também o enriquecimento das colecções foi uma preocupação constante do novo director, que estabeleceu uma “política de incorporação” que pôde ser desenvolvida graças a factores como: a) as suas capacidades de comprador expert; b) o contexto proporcionado pelo novo regime republicano, designadamente a lei de separação da Igreja e do Estado (que permitiu a recolha - nem sempre pacífica - de numerosas e valiosas peças que se encontravam espalhadas por todo o país) e o processo de arrolamento dos Paços Reais (cuja comissão Figueiredo integrou e na qual terá sido fundamental a sua formação em direito, como demonstram os diversos textos de fundamentação legal para a incorporação de várias obras de arte do inventário de D. Fernando II no património do Estado); c) a dotação deixada pelo Legado Valmor para aquisição de obras de arte; d) uma razoável capacidade financeira potenciada não tanto pela verba anual concedida pelo Estado para esse fim, mas principalmente pela “acção importantíssima e patriótica” do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga, que desde a sua criação em Abril de 1912, contribuiu não só monetariamente, mas também através de numerosos depósitos e doações que os próprios membros fizeram ao museu (FIGUEIREDO, 1915: 148).

Para além das acções já referidas, Figueiredo destacou-se ainda por reformular o discurso expositivo do MNAA, quer na sua concepção, quer na sua concretização prática. A sua primeira intervenção nas galerias relacionou-se com a exposição dos quadros, que entendia estarem “desvalorizados pela sua colocação e falta de ambiente digno” (idem: 150). O director decidiu reduzir o número de obras expostas, dando primazia à qualidade e não à quantidade, seguindo a premissa de que “a obra, quando inferior artisticamente, deve ser eliminada dos verdadeiros museus de arte dando-se-lhe, no caso de se impor pelo seu valor documental, um lugar á parte e em secção separada” (idem: 149-159), do que resultou a exibição das pinturas numa única fila, devidamente espaçadas entre si.

Note-se que esta foi uma acção bastante mais complexa do que possa aparentar, uma vez que se pretendeu inter-relacionar preocupações de gosto e estéticas (mais visíveis) com preocupações científicas e pedagógicas, conforme afirmou o próprio Figueiredo: “A reorganização tem de ser feita sob um critério científico e artístico. A classificação das obras de arte por escolas e por séculos é, por vezes, inesthetica. Porém o processo artístico é, por vezes, confunso. O ideal é conjugar o processo científico com o artístico, de forma que quem entre no muzeu tenha a compreensão rápida das épocas, mas não soffra uma impressão desagradável pela aproximação de certas obras do genero opposto” (O Século, 26-7-1911: 5). Esta intervenção de despojamento das salas e de criação de um discurso científico sobre as colecções foi inovadora em Portugal e reflecte o acompanhamento que o director do MNAA fazia do que de mais actual se estava a experimentar em diversos museus do contexto europeu (e que viria apenas a ser totalmente difundido após a 1.^a Guerra Mundial): “Depois dos trabalhos de Molinier, em França, e dos de Harry, em Inglaterra, a velha concepção dos museus-galerias passou aos domínios da história. E essa renovação continua a fazer-se por toda a parte, desde a Allemanha, que, nas pegadas de Inglaterra e da França, e com o poder do seu espirito assimilador, as ultrapassa por vezes, sob a direcção inteligente de Tschudi, Brinckmann, Bode e Friedlander, até á propria Hespanha, que acordou agora do marasmo com a transformação projectada para o Museu do Prado e que, entre outros, tem, já ha muito, em Florit, Domenech e Cabot, organizadores de colecções bem orientados” (idem: 152).

A exposição do Museu Nacional de Arte Antiga foi criada em função das diversas colecções, com particular enfoque para a arte portuguesa dos séculos XV e XVI, entendida já no antigo Museu Nacional de Arqueologia e Belas-Artes como o seu “principal elemento de riqueza” (MACEDO, 1892: 9). José de Figueiredo, cujos estudos debruçavam-se sobretudo nessa matéria, estruturou então a nova museografia em torno dos painéis de S. Vicente de Fora (integrados na colecção do MNAA em 1913, por insistência sua) e em torno da ideia da existência de uma escola portuguesa de pintura, seguindo uma corrente nacionalista que defendia que os primitivos portugueses teriam uma originalidade técnica e estética próprias que os diferenciaria da restante pintura europeia dos séculos XV e XVI. Ao mesmo tempo, apostou em enriquecer a colecção de pintura estrangeira das mesmas épocas, de modo a criar confrontos ao longo do discurso expositivo, e de dar ao museu um enquadramento verdadeiramente internacional. Nota disso nos deixam as palavras escritas por um repórter de um periódico ilustrado português em 1920, referindo-se às novas salas do museu, nas quais Figueiredo realizou “o verdadeiro prodígio de uma harmonia admiravel e difficilima com um conjunto de objectos de

arte de tão diferentes paizes e distanciadas épocas (...). A exposição é valiosíssima, e honraria qualquer dos mais notáveis museus (...). Os quadros, os desenhos e outras obras de arte que a Direcção do Museu adquiriu pelo fundo do Estado ou pelo legado Valmor (...) são tudo trabalhos que representam superiormente os artistas que os produziram, e dos quais ha obras em todos os grandes museus (Ilustração Portuguesa, 12-4-1920: 258).

O objectivo de tornar o MNAA no primeiro museu português e de o colocar a par dos grandes museus da Europa foi acompanhado, da parte de José de Figueiredo, por um intenso trabalho de estudo e valorização da arte portuguesa, dando-lhe uma relevância no plano nacional e internacional que até aí não havia conhecido. Para isso, foi fundamental a extensa rede de contactos que fomentou em Portugal e no estrangeiro, bem como as suas “missões” pela Europa (nas quais pretendia investigar “não só tais obras de arte portuguesas, como a organização e instalação dos mais importantes museus de arte”, cf. Ofício de José de Figueiredo para a Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 10-10-1911) e a participação activa em conferências e em exposições internacionais, como os congressos de História da Arte realizados em 1921 (Paris), 1930 (Bruxelas), 1933 (Estocolmo) e 1936 (Berna), o Congresso Internacional de Museologia realizado em Madrid em 1934, a Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929) e a Exposition Portugaise de l'Époque des Grandes Découvertes jusqu'au XXeme Siècle (Paris, 1931).

Dediquemos umas breves palavras acerca da participação portuguesa na Exposição Ibero-Americana de Sevilha e no Congresso Internacional de Museologia de Madrid, aproveitando o contexto para o qual concebemos esta comunicação.

Em 1928 José de Figueiredo foi convidado pelo Comissário da Exposição de Sevilha para organizar a representação de Portugal naquele evento. A participação portuguesa manifestou-se numa exposição de arte portuguesa instalada no Palácio de Portugal em Sevilha, projectado pelos architectos Rebelo de Andrade e considerado “uno de los más bellos, suntuosos y definidores de la grande Exposición” (La Voz, [1929]). A exposição organizada por Figueiredo centrou-se numa afirmação identitária associada às especificidades da arte portuguesa produzida nos séculos XV e XVI, sobretudo no que diz respeito ao “reflexo que os Descobrimentos e Conquistas trouxeram à Arte portuguesa de então, e, por sua vez, a projecção que esta teve nos territórios que conquistámos, e onde a sua influência se afirmou desde a África do Norte até à Índia, para, de lá, atingir, com a China e o Japão, o mais remoto Oriente” (FIGUEIREDO, 1929: 5). Um dos

principais objectivos do comissário português foi então reunir nesta exposição as grandes obras produzidas em contexto português naquele período, insistindo particularmente para que duas obras maiores pudessem estar pela primeira vez expostas em conjunto – os painéis de Nuno Gonçalves e as tapeçarias de Pastrana –, num “prodigioso políptico em que a acção e a contemplação mística se irmanam e dão as mãos” (idem: 5).

O discurso expositivo apresentado na exposição portuguesa em Sevilha integrava-se numa linha de exaltação nacionalista (que viria a repetir-se na exposição de 1931, em Paris) e Figueiredo acabou por isso por beneficiar do contexto político social que o país atravessava, marcado pela formação de um novo regime – o Estado Novo – baseado fortemente na questão identitária portuguesa. Por outro lado, essa linha enquadrava-se numa tendência seguida internacionalmente desde o início do século, em que as grandes exposições e as instituições museológicas eram utilizadas de modo mais ou menos oficial para fomentar uma ideia de identidade nacional (CARVALHO, 2009: 106 e seg.).

Após as experiências internacionais em Sevilha e Paris, José de Figueiredo dedica-se com grande ênfase ao “seu” museu, aproveitando a conjuntura favorável do novo regime. É neste período que se fixa finalmente o projecto para a ampliação do MNAA (inaugurado já depois da sua morte, em 1940, com uma grande exposição dedicada aos “Primitivos Portugueses”) e se desenvolvem com maior expressão outras áreas de trabalho do museu, como o restauro (com a instalação do laboratório de estudo e investigações fotográficas e radiológicas), a investigação ou a divulgação e os serviços de extensão escolar (publicação de catálogos, organização de visitas, cursos), contando a instituição com a colaboração de uma equipa cada vez mais especializada.

As premissas pelas quais Figueiredo tentou guiar desde o início a sua acção no MNAA só foram fixadas internacionalmente em 1934, no Congresso Internacional de Museologia realizado em Madrid, ao qual assistiu. Este encontro – organizado pelo Office International des Musées – constituiu o primeiro momento em que profissionais de museus se reuniram para discutir exclusivamente o papel dos museus na sociedade e o seu funcionamento nas suas diversas áreas de acção, dando-se o passo que faltava para uma museologia moderna, que já vinha sendo experimentada por José de Figueiredo e por alguns dos seus congéneres europeus desde o início do século XX.

A reformulação da museografia e as preocupações historiográficas e expositivas do MNAA foram acompanhadas, por parte de José de Figueiredo, por preocupações mais abrangentes que revelam como o seu pensamento museológico era vasto e tendencialmente interdisciplinar, aproximando-se de concepções que só viriam a ser desenvolvidas nos anos seguintes ao do seu desaparecimento em 1937, após 26 anos na direcção do Museu Nacional de Arte Antiga. Dedicou a sua vida à arte, à divulgação da pintura portuguesa e ao Museu das Janelas Verdes. A este director deveu-se a implementação de um verdadeiro programa de ampliação e modernização conceptual e funcional do museu, numa atitude que Reinaldo dos Santos viria a referir como “a revolução de Figueiredo” (SANTOS, 1938: 18). Rompendo com uma herança que se manifestava nas salas densamente povoadas, com lógicas expositivas e discursos pouco claros, organizou e tornou a instituição mais apelativa ao público, baseado na aliança entre critérios estéticos e científicos, preconizando uma “museologia da arte” de pendor moderno inovadora em Portugal e mesmo no contexto genérico da Europa dos grandes museus.

Referencias Bibliográficas.

BAZIN, Germain - História da História da Arte. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Lda, 1989.

CARVALHO, José Alberto Seabra e CARVALHO, Marta – “Museus e exposições: ideias, formas e discursos de representação e celebração da arte portuguesa (do liberalismo ao Estado Novo)” in RODRIGUES, Dalila (coord.) – Arte portuguesa. Da pré-história ao século XX. Vol 20. Em torno da história da arte. Lisboa: Fubu Editores, 2009.

“Coisas d’Arte. O Museu de Arte Antiga...”. O Século [3 de Março de 1911].

[Entrevista a José de Figueiredo] O Século [26 de Julho de 1911].

FIGUEIREDO, José de - “Museu Nacional de Arte Antiga”. Separata da revista Atlântida. N.º 1 [15 de Dezembro de 1915].

FIGUEIREDO, José de – “Pintura portuguesa primitiva. Jorge Afonso”. Lvsitania. Revista de estvdos portvgveses. Vol. I, fasc. 2 [Março de 1924].

FIGUEIREDO, José de (prefácio) – Portugal em Sevilha. Catálogo da exposição cultural da época dos descobrimentos. Lisboa: Exposição Portuguesa em Sevilha, 1929.

MACEDO, Manuel de – O Museu Nacional de Bellas Artes – Apontamentos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.

MANAÇAS, Vítor Manuel Teixeira – Museu Nacional de Arte Antiga. Uma leitura da sua história 1911-1962. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991 [texto policopiado].

“**Museu Nacional de Arte Antiga. A abertura das novas salas**”. Ilustração Portuguesa, n.º 738 [12 de Abril de 1920].

PONTES, Teresa – Museologia da Arte. Conceitos e práticas de José de Figueiredo. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1999 [texto policopiado].

SANTOS, Reinaldo dos – Homenagem à memória do Dr. José de Figueiredo. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1938.